



VOQEN ENERGIA LTDA

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Quotistas da
Voqen Energia Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Voqen Energia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Voqen Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Voqen Energia Ltda.
 Balanço patrimonial
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 Valores expressos em milhares de reais

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.384	28.275
Contas a receber de clientes	5	112.003	40.998
Estoques	6	2.962	
Imposto de renda e contribuição social		2.789	2.273
Tributos a recuperar		1.362	3.101
Instrumentos financeiros	7	346.766	60.673
Outros ativos		742	164
Total		496.008	135.484
Não circulante			
Instrumentos financeiros	7	509.010	102.195
Ativo fiscal diferido	10	4.422	15.575
Total		513.432	117.770
Total do ativo		1.009.440	253.254

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	9	119.341	51.189
Salários e encargos sociais		1.737	1.485
Tributos a recolher		1.581	3.073
Instrumentos financeiros	7	340.397	71.641
Outros passivos		1.463	12
Total		464.519	127.400
Não circulante			
Instrumentos financeiros	7	498.876	110.643
Total		498.876	110.643
Patrimônio líquido			
Capital social	11	27.496	27.496
Reserva de lucros		18.549	
Prejuízos acumulados			(12.285)
Total		46.045	15.211
Total do passivo e patrimônio líquido		1.009.440	253.254

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Voqen Energia Ltda.

Demonstração do resultado do exercício e do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota	2025	2024
Receita de vendas e serviços	12	904.121	318.673
Custo de venda e serviços	13	(888.641)	(343.277)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	35.917	(24.971)
Lucro (prejuízo) Bruto		51.397	(49.575)
Despesas operacionais	13		
Com vendas		(52)	(239)
Gerais e administrativas		(7.278)	(4.750)
Outras despesas, líquidas		(25)	(103)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		44.042	(54.667)
Resultado financeiro	14		
Despesas financeiras		(456)	(272)
Receitas financeiras		2.912	4.171
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		46.498	(50.768)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	10	(15.664)	17.196
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		30.834	(33.572)
		2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		30.834	(33.572)
Outros resultados abrangentes:			
Total de resultado abrangente		30.834	(33.572)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Voqen Energia Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de Reais

	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízos Acumulados	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Total
Em 1º de janeiro de 2024	27.496	21.287			48.783
Resultado abrangente do exercício:					
Prejuízo do exercício				(33.572)	(33.572)
Absorção de prejuízo		(21.287)	(12.285)	33.572	
Em 31 de dezembro de 2024	27.496		(12.285)		15.211
Resultado abrangente do exercício:					
Lucro líquido do exercício				30.834	30.834
Absorção de prejuízo e constituição de reserva		18.549	12.285	(30.834)	
Em 31 de dezembro de 2025	27.496	18.549			46.045

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2025	2024
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		46.498	(50.768)
Ajustes para reconciliação do resultado			
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	7	(35.917)	24.971
Juros e variações cambiais, líquidas		(357)	
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		15	
Total		10.239	(25.797)
Variação do capital circulante operacional			
Aplicações financeiras			43.132
Contas a receber de clientes		(71.004)	(23.733)
Estoques		(2.962)	
Tributos a recuperar		1.738	(3.101)
Outros ativos		(593)	(102)
Fornecedores		68.152	36.865
Tributos a recolher		(1.492)	2.334
Salários e encargos sociais		252	283
Outros passivo		1.455	(160)
Caixa gerado pelas operações		5.785	29.721
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.675)	(1.896)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.109	27.825
Caixa e equivalentes de caixa gerado no período		1.109	27.825
Representado por			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		28.275	450
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		29.384	28.275
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.109	27.825

Sumário das Notas Explicativas

1 Contexto operacional.....	11
2 Base de preparação das demonstrações financeiras	12
2.1 Declaração de conformidade	12
2.2 Base de apresentação	12
2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação.....	12
2.4 Novas normas ou alterações para o exercício corrente e futuros requerimentos	12
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	14
5 Contas a receber	15
6 Estoques.....	15
7 Instrumentos financeiros	16
7.1 Gestão do risco do preço de energia.....	16
7.2 Valor justo dos instrumentos financeiros	16
8 Partes relacionadas.....	18
9 Fornecedores	19
10 Imposto de renda sobre pessoa jurídica ("IR") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSL")	19
10.1 IR e CSL correntes	19
10.2 IR e CSL diferidos.....	20
11 Patrimônio líquido	20
11.1 Capital social	20
11.2 Reserva de lucros	20
12 Receita líquida de vendas e serviços.....	21
13 Despesas por natureza e função	21
14 Resultado financeiro	22
15 Gerenciamento de riscos	22
15.1 Exposição a riscos de crédito	22
15.2 Risco de liquidez.....	23
15.3 Gestão de capital	23
16 Provisão para demanda judicial	23

1 Contexto operacional

A Voqen Energia Ltda. ("Empresa" ou "Voqen") é uma Empresa formada por quotas, sediada em São Paulo, SP, detida integralmente por sua única sócia a Braskem S.A. ("Braskem" ou "Controladora"). A controladora final da Braskem é a Kieppe Patrimonial S.A.

A Voqen tem como objeto social, a comercialização de energia elétrica e gás natural, incluindo operações de importação e exportação, a prestação de serviços relacionados às referidas atividades, incluindo, mas não se limitando a intermediação de negócios e assessoria relacionados à comercialização de energia elétrica e gás natural, inclusive no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para energia elétrica.

Em outubro de 2024, a Empresa assinou um contrato com a Shell Energy do Brasil Gás S.A. ("SEBG"), cujo objeto é o fornecimento de molécula e, em dezembro de 2024, assinou um contrato com a Nova Transportadora do Sudeste S.A. ("NTS") para a prestação de serviços de transporte firme de gás natural, visando o início de suas atividades de comercialização de gás natural.

Em outubro de 2024, a Empresa assinou um contrato master com a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A. ("TBG"), cujo objeto é a prestação de serviços de transporte firme de entrada e saída de gás natural.

Em janeiro de 2025, a Empresa deu início às suas atividades de revenda no mercado livre de gás natural, atendendo às operações de sua Controladora, bem como outros clientes. Ao longo de 2025, a Empresa celebrou novos contratos para atendimento do mercado livre de gás natural. Em razão desse direcionamento, houve incremento tanto das receitas quanto dos custos da Empresa ao longo de 2025, bem como a constituição de saldos de estoques de gás.

Reforma tributária no Brasil

A Emenda Constitucional nº 132/2023 promoveu a reestruturação do sistema tributário brasileiro, substituindo os principais tributos sobre o consumo por um modelo dual de IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Em 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a reforma e institui o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo, estabelecendo as bases para a transição que terá início em 2026. Em 2026 foi publicada a Lei Complementar 227/2026, instituindo o Comitê Gestor do IBS e trazendo alguns aspectos da regulamentação da reforma.

A reforma encontra-se em fase inicial de implementação, com alíquotas-teste previstas apenas para 2026 e cronograma gradual até 2033. No ano de 2025 a Empresa procedeu com atualizações e adaptações sistêmicas para atendimento dos requerimentos previstos para 2026.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas não refletem quaisquer efeitos da reforma tributária, uma vez que as alterações ainda não produzem impactos contábeis ou financeiros relevantes no exercício atual. A Empresa continuará monitorando o desenvolvimento regulatório e avaliando potenciais efeitos operacionais, fiscais e sistêmicos ao longo de 2026.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado nas políticas contábeis. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional das atividades da Empresa.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes nos exercícios apresentados.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Empresa.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Empresa em 15 de abril de 2026.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa e os valores estão apresentadas em milhares, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Novas normas ou alterações para o exercício corrente e futuros requerimentos

No exercício corrente, a Empresa identificou uma série de alterações às IFRSs e CPCs que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2025, além disso, novas normas e alterações emitidas, mas que ainda não estão em vigor, foram identificadas. Todas foram descritas a seguir com a avaliação da administração:

Norma	Descrição das mudanças e avaliação da administração	Data de vigência
IAS 21 / CPC 02	Uma entidade é impactada pelas alterações quando possui uma transação ou operação em moeda estrangeira que não é conversível em outra moeda na data de mensuração. Uma moeda é considerada conversível quando existe a possibilidade de obter a outra moeda, e a transação ocorre por meio de um mercado ou mecanismo de câmbio que cria direitos e obrigações exequíveis. Quando uma moeda não é conversível em outra, a taxa de câmbio precisa ser estimada. As alterações não afetam a Empresa, pois não há operações em moedas sujeitas a ausência de permutabilidade.	1º de janeiro de 2025.
OCPC 10	O OCPC 10 estabelece diretrizes para a identificação, a classificação e a mensuração de ativos relacionados a créditos de carbono e instrumentos equivalentes. Essas diretrizes abrangem a avaliação da natureza e finalidade dos créditos, o uso de evidências de mercado para mensuração, inclusive pelo valor justo quando aplicável, bem como a análise de eventuais obrigações, provisões ou passivos decorrentes de programas regulatórios de emissões. As alterações não afetam a Empresa, pois não há transações que envolvam créditos de carbono.	1º de janeiro de 2025.
IFRS 9 e 7 / CPC 48 e 40	As mudanças trazem maior clareza sobre a aplicação do critério SPPJ ("somente pagamento de principal e juros") em instrumentos com cláusulas vinculadas a indicadores, tal como indicadores de	1º de janeiro de 2026.

	<p>sustentabilidade - ESG, definindo quando podem ser mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. Também esclarecem o tratamento contábil para operações de empréstimos sem recurso, além de introduzirem a possibilidade de baixa de passivos financeiros por liquidação eletrônica, desde que atendidos requisitos específicos. Já as alterações em IFRS 7 reforçam exigências de divulgação para instrumentos com características contingentes, como remuneração atrelada a metas ESG, e para participações classificadas como FVOCI, garantindo maior transparência. A Empresa não possui ativos ou passivos no escopo das alterações, motivo pelo qual não é esperado qualquer impacto.</p>	
IFRS 9 e 7 / CPC 48 e 40	<p>Contratos Referentes à Eletricidade Dependente de Fatores Naturais: As alterações nas normas esclarecem que contratos cuja quantidade de energia depende de fatores naturais (e.g. sol ou vento), geralmente PPAs (“<i>Purchase power agreement</i>”), podem manter a exceção de “uso próprio” mesmo com venda de excedentes, desde que a entidade seja compradora líquida no mesmo mercado. Também permitem designar volumes variáveis como itens de hedge, alinhando contabilidade à geração de energia esperada. Além disso, exigem divulgações adicionais sobre critérios aplicados, uso de <i>hedge accounting</i> e impactos financeiros. A Empresa possui contratos de PPAs de energia dependente da natureza, entretanto, apesar da fonte da energia os contratos têm previsão de entrega fixa, sendo uma obrigação da contraparte a entrega, independente dos fatores naturais e de geração, portanto, a Empresa não está exposta a estes fatores.</p>	1º de janeiro de 2026.
IFRS 19	<p>IFRS 19 (“Subsidiárias sem Responsabilidade Pública – Divulgações”) permite que subsidiárias sem instrumentos negociados em mercado público e controladas por empresas que aplicam as IFRS adotem exigências de divulgação reduzidas, mantendo reconhecimento, mensuração e apresentação conforme IFRS tradicional. As demonstrações financeiras da Empresa não serão impactadas pelos novos requerimentos.</p>	1º de janeiro de 2027.
IFRS 18/ CPC 51	<p>As alterações do IFRS 18/CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras substituem o IAS 1/CPC 26 e passam a exigir, como principais alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar dois subtotais obrigatórios na demonstração do resultado: lucro operacional e lucro antes de financiamentos e impostos. • Classificar receitas e despesas em categorias específicas (operacional, investimento e financiamento). • Melhorar a clareza e comparabilidade das informações divulgadas. • Mudanças na demonstração do fluxo de caixa (“DFC”), para que juros pagos e juros e dividendos recebidos sejam classificados na DFC como atividades de financiamento e investimento, respectivamente, desde que as atividades da Empresa não sejam de investimento em ativos ou fornecer financiamento para clientes. <p>Como resultado das mudanças a Empresa avalia como principais impactos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alterações na forma e conteúdo de apresentação da demonstração do resultado do exercício, com a separação de receitas e despesas nas seguintes categorias: operacional, investimento e financiamento e divulgação de subtotais requeridos. • A Empresa prevê mudanças na classificação dos juros recebidos em aplicações financeiras, atualmente classificados como operacionais na demonstração do fluxo de caixa, passam a ser classificados como atividades de investimento. 	1º de janeiro de 2027.
IAS 21 / CPC 02	<p>Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: As alterações ao IAS 21 estabelecem que, quando a moeda de apresentação estiver em economia hiperinflacionária, os saldos devem ser convertidos pela taxa de fechamento na data do balanço. Se a moeda funcional também for hiperinflacionária, os comparativos de operações no exterior devem ser expressos pelo índice geral de preços. A Empresa não possui operações em economias consideradas hiperinflacionárias.</p>	1º de janeiro de 2027.

3 Aplicação de julgamentos e estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis materiais da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições consideradas na mensuração.

Os julgamentos e as estimativas críticas são revisados de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os julgamentos e as estimativas críticas aplicados pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota 7: Valorização dos instrumentos financeiros, leva em consideração o julgamento da administração na determinação das premissas relevantes utilizadas para a estimativa do valor justo dos contratos de energia, além da determinação do modelo de cálculo a ser utilizado.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa	136	21
Equivalentes de caixa	29.248	28.254
Total	29.384	28.275

Os equivalentes de caixa consistem em instrumentos de renda fixa e depósitos a prazo, como: certificados de depósitos bancários (CDBs) e aplicações de renda fixa, prontamente conversíveis em caixa. A rentabilidade média dos equivalentes de caixa está foi de 79,34% (2024: 97,98% do CDI).

5 Contas a receber

O contas a receber da Empresa advém de contratos com clientes pelas vendas de energia, revenda de gás natural e por serviços de consultoria prestados, sendo reconhecido pelo preço da transação, que é o seu valor justo. Os saldos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Os valores contábeis do contas a receber representam uma aproximação razoável do seu valor justo.

O prazo médio de recebimento da Empresa em 31 de dezembro de 2025 é de 45 dias (2024: 46 dias).

	2025	2024
Cientes		
Terceiros - faturado	1.224	
Terceiros - a faturar (i)	39.223	18.696
Partes relacionadas - a faturar (i)	70.555	21.196
Partes relacionadas - faturado	1.000	1.106
Total	112.003	40.998

(i) Os saldos referem-se a energia elétrica e gás entregues e não faturados. O saldo foi apurado com bases nos preços e quantidades de venda vigentes conforme os contratos entre o cliente e a Empresa.

Os saldos de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 representam 1% do saldo total (2024: Não havia saldos vencidos).

A Empresa reconhece provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") através da aplicação de uma matriz de mensuração de PCE, utilizando-se de informações que refletem condições atuais e futuras, à medida que tais dados estão disponíveis. A Administração da Empresa, após análise dos créditos em aberto, avaliou que não há expectativa de perdas de crédito materiais no exercício.

Baixa de títulos considerados incobráveis

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

6 Estoques

	2025	2024
Gás natural para revenda	2.962	
Total	2.962	

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido.

Em 2025, a Companhia iniciou suas atividades de revenda de gás natural. O saldo registrado em estoques refere-se ao gás adquirido e ainda não comercializado, o qual se encontra armazenado em instalações de terceiros.

7 Instrumentos financeiros

7.1 Gestão do risco do preço de energia

Visão geral

A Empresa, por operar no mercado livre de comercialização de energia elétrica, está exposta à volatilidade do preço da energia, uma vez que as posições podem não ser casadas e os fluxos podem variar de contrato para contrato, cabendo a administração gerir a posição vendida ou comprada conforme o caso e estratégia do negócio alinhada à política de risco da Empresa.

Na gestão deste risco a administração busca:

- Mitigar as exposições financeiras decorrentes da volatilidade observada nas necessidades energéticas;
- Atender à demanda energética de clientes;
- A captura de oportunidades nos mercados de energia através da gestão ativa da sua carteira de contratos, ou seja, manter uma carteira de comercialização dentro de limites determinados pelo Comitê de Riscos Financeiros da Controladora, que é responsável por sua gestão contínua.

A exposição financeira da carteira de energia é compartilhada no mínimo trimestralmente com o Comitê de Finanças e Investimento ("CFI") da Controladora.

O Risco de preço da comercialização de energia advém de posições futuras em aberto (sobras ou déficits) e das variações dos preços de energia nas datas destas posições. As variações dos preços são decorrentes de variáveis específicas a esse mercado, tais como projeções de consumo ou de geração futura.

7.2 Valor justo dos instrumentos financeiros

Compras e vendas por meio da carteira de contratos de energia são operações transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros. Tais contratos são registrados como instrumentos financeiros segundo o IFRS 9/CPC48 e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o instrumento financeiro é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. A variação no valor justo é reconhecida no resultado do exercício por meio da rubrica "resultado com instrumentos financeiros derivativos".

O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base no valor presente do fluxo de caixa dos contratos e tem como principais premissas o preço futuro da energia obtido por meio da curva forward do preço (DCIDE), de amplo conhecimento no mercado de energia brasileiro. A taxa utilizada para desconto ao valor presente é a curva futura do DI x IPCA obtida por meio da Brasil, Bolsa, Balcão S.A. ("B3"). A mensuração dos contratos de energia é classificada no nível 2 da hierarquia do valor justo.

A Empresa opera no ambiente de contratação livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Esses contratos resultaram nos seguintes valores de reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício:

	2025	2024
Contratos futuros de comercialização de energia:		
Ganhos temporários:		
Ativo circulante	346.766	60.673
Ativo não circulante	509.010	102.195
Total de ganhos temporários	855.775	162.868
Perdas temporárias:		
Passivo circulante	(340.397)	(71.641)
Passivo não circulante	(498.876)	(110.643)
Total de perdas temporárias	(839.274)	(182.284)
Total de ganhos (perdas) temporários no resultado	16.501	(19.416)

Movimentação no resultado	2025	2024
Ganho com valor justo dos contratos futuros de energia	692.907	50.786
Perda com valor justo dos contratos futuros de energia	(656.990)	(75.757)
Impacto líquido no resultado	35.917	(24.971)

O resultado real dos instrumentos financeiros pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando os dados observáveis na data base de 31 de dezembro de 2025.

A Empresa realizou análise de sensibilidade dos preços de energia. Na análise de sensibilidade, para cada variável foram estimadas as variações anualizadas correspondentes a 1 e 3 desvios-padrão das médias mensais dos últimos 5 anos para o preço da energia, sendo equivalentes a aproximadamente 15,866% e 0,135% de probabilidade de ocorrência para os cenários razoavelmente possível e possível, respectivamente. Tais mudanças são aplicadas sobre os níveis correntes de mercado de cada variável, conforme a seguir:

<i>Curva Forward</i> de Energia Elétrica	Cenário base	Razoavelmente possível 3,60%	Possível 10,63%
Contratos futuros de comercialização de energia	16.501	(4.672)	(14.105)

Os valores expostos representam o cenário base já que é o valor justo estimado na data das demonstrações financeiras, portanto, o valor esperado de realização.

8 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a preços e condições previamente acordadas de acordo com a política vigente de partes relacionadas da Controladora. Os saldos existentes no balanço ao final do exercício, relativos as transações, não estão vinculados a garantias dadas ou recebidas e espera-se que sejam liquidados em caixa ou equivalentes de caixa. As transações com partes relacionadas referem-se principalmente a contas a receber pela venda de energia, gás natural e prestação de serviços, contratos futuros de compra e venda de energia e outras despesas compartilhadas. As partes relacionadas representam a controladora da Empresa, suas controladas e Empresas pertencentes ao grupo dos acionistas da Controladora. Os saldos transacionados com tais partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2025				Em 31 de dezembro de 2024			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladora	153.417	231.483	(236.444)	(262.979)	48.674	48.133	(31.619)	(55.023)
TBG			(57)					
Wise Plásticos	71		(1.659)		62		(387)	(472)
Vexty							(29)	
Petrobras			(9.900)					
Total	153.488	231.483	(248.059)	(262.979)	48.736	48.133	(32.035)	(55.495)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025			Exercício findo em 31 de dezembro de 2024			Resultado financeiro
	Vendas e prestação de serviços	Compras	Despesas gerais, administrativas e Outras despesas	Vendas de energia e prestação de serviços	Compras	Despesas gerais, administrativas e outras despesas	
Controladora		458.806	(434.704)		193.271	(79.795)	
Wise Plásticos		2.215			612		
Fundo de Investimento Júpiter							3.632
Vexty			(437)				(110)
TBG			(7.882)				
Petrobras			(78.882)				
Total		461.021	(521.468)		193.883	(79.795)	3.632

9 Fornecedores

	2025	2024
Terceiros	17.596	806
Terceiros a faturar (i)	85.901	39.049
Partes relacionadas a faturar	15.844	11.334
Total	119.341	51.189

(i) Os saldos referem-se a energia elétrica e ao gás natural recebidos e não faturados. O saldo foi apurado com bases nos preços e quantidades de compra vigentes conforme os contratos entre o fornecedor e a Empresa.

Os saldos de fornecedores são avaliados ao custo amortizado e os saldos contábeis são razoavelmente o seu valor justo.

10 Imposto de renda sobre pessoa jurídica ("IR") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSL")

A despesa com IR e CSL compreende saldos correntes e diferidos. O IR e CSL corrente e diferido são reconhecidos no resultado.

10.1 IR e CSL correntes

A despesa de imposto é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Os impostos são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(a) Reconciliação da alíquota efetiva

	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSL	46.498	(50.768)
IR e CSL - calculado à alíquota de 34%	(15.809)	17.261
Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSL		
Brindes e promoções		(65)
Não incidência de IR/CSL de atualização Selic sobre créditos tributários	121	
Outros ajustes permanentes	25	
IR e CSL no resultado	(15.664)	17.196
Composição do IR e da CSL:		
Despesa de IR e CSL correntes		
IR e CSL correntes	(4.511)	
	(4.511)	
Despesa de IR e CSL diferidos		
Prejuízo fiscal e base negativa	(1.943)	8.613
Diferenças temporárias	(9.210)	8.583
	(11.153)	17.196
Total	(15.664)	17.196
Alíquota Efetiva	-33,69%	-33,87%

10.2 IR e CSL diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base no plano de negócio da Empresa considerando a reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base no plano de negócios da Empresa.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável e revertidos quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros aumentar. A Empresa não possui ativos fiscais diferidos não reconhecidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(a) Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

	Em 31 de dezembro de 2023	Impacto no resultado	Em 31 de dezembro de 2024	Impacto no resultado	Em 31 de dezembro de 2025
Ativo					
Prejuízo fiscal (IR) e base negativa (CSL)		8.613	8.613	(1.943)	6.670
Valor justo dos instrumentos financeiros		6.604	6.604	(6.604)	
Provisões temporárias	267	91	358	3.000	3.358
Passivo					
Valor justo dos instrumentos financeiros	(1.888)	1.888		(5.606)	(5.606)
Líquido - Ativo (passivo) fiscal diferido	(1.621)	17.196	15.575	(11.153)	4.422

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, o capital social subscrito e integralizado da Empresa é de R\$ 27.496, representado por 27.496.000 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 por quota.

11.2 Reserva de lucros

A reserva de lucros representa a parcela de lucro retido pela Empresa. A reserva é utilizada para absorção de prejuízos, quando aplicável, distribuição de lucros por meio de dividendos e aumento de capital, por deliberação da Controladora. Em 31 de dezembro de 2025, os lucros auferidos foram utilizados para absorver prejuízos acumulados e o restante foi integralmente destinado para reserva de lucros.

12 Receita líquida de vendas e serviços

	2025	2024
Receita com a comercialização de energia elétrica	625.245	368.045
Receita de revenda de gás natural	467.193	
Receita com prestação de serviços	4.002	6.199
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(192.318)	(55.571)
Total	904.121	318.673

As receitas provenientes da comercialização de energia elétrica e revenda de gás são reconhecidas quando os produtos são disponibilizados aos clientes por um valor que reflita a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca destas disponibilidades.

As obrigações de desempenho são satisfeitas em momento específico no tempo. A Empresa não realiza vendas com envolvimento gerencial continuado.

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que a Empresa cumpre com as obrigações contratuais acordadas que lhes dão direito ao recebimento de uma contraprestação.

(a) Concentração de vendas

A Empresa possui receitas provenientes de transações com cinco clientes que representam 75% (2024: dois clientes que representam 80%) de sua receita líquida de vendas e serviços.

13 Despesas por natureza e função

	2025	2024
Classificadas por natureza		
Custo com comercialização de energia elétrica	(535.896)	(340.839)
Custo com gás natural revendido	(349.631)	
Gastos com pessoal	(6.523)	(5.413)
Serviços de terceiros	(1.649)	(1.590)
Outros gastos	(2.297)	(527)
Total	(895.996)	(348.369)
Classificadas por função		
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	(888.641)	(343.277)
Gerais e administrativas	(7.278)	(4.750)
Com vendas e distribuição	(52)	(239)
Outras despesas	(25)	(103)
Total	(895.996)	(348.369)

14 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Receitas de juros	2.912	4.171
Total	2.912	4.171
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(211)	(5)
Imposto sobre operações financeiras	(36)	(38)
Juros e multas	(203)	(227)
Outras despesas financeiras	(7)	(2)
Total	(456)	(272)
Total	2.456	3.899

15 Gerenciamento de riscos

A Empresa está exposta a riscos decorrentes de variações de preços, de crédito das suas contrapartes em equivalentes de caixa, aplicações financeiras, de crédito de contrapartes de energia e de liquidez para cumprir suas obrigações com passivos financeiros.

A Empresa adota procedimentos de gestão de capital, riscos de mercado, de crédito e liquidez em conformidade com a Política Financeira da Controladora. O objetivo da gestão de riscos é, entre outros aspectos, proteger o fluxo de caixa da Empresa e maximizar o retorno. Para os detalhes sobre a gestão de risco de preços de energia, vide nota explicativa 7.1.

15.1 Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Empresa à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e risco dos contratos de energia, para as quais a Empresa fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Empresa mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte, ponderando as concentrações de acordo com o rating, a Empresa possui a seguinte exposição em 31 de dezembro:

	2025	2024
Ativos financeiros com avaliação de risco		
AAA	29.384	28.253
Total	29.384	28.253
Ativos financeiros sem avaliação de risco		
Outros ativos financeiros sem avaliação de risco (i)		22
Total		22
Total	29.384	28.275

(i) Investimentos aprovados pela Administração, conforme Política Financeira

Com relação ao risco de crédito de contrapartes a Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito por análise criteriosa, considerando o ambiente econômico atual e vínculo de liquidação na CCEE para os clientes de energia. São realizadas análises das contrapartes e quando necessário são obtidas garantias para proteger os interesses da Empresa.

A exposição máxima ao risco de crédito do contas a receber na data de apresentação do relatório é o somatório dos respectivos valores contábeis.

15.2 Risco de liquidez

O grupo possui uma metodologia de cálculo para determinação de um caixa mínimo "visão mês" (horizonte de 30 dias) e de um caixa mínimo "visão ano" (horizonte de até 12 meses) que têm o objetivo de, respectivamente: (i) monitorar liquidez para o cumprimento das obrigações do próximo mês; e (ii) monitorar que a Empresa mantenha a liquidez em eventuais momentos de crise. Esta gestão é feita no nível da Controladora.

15.3 Gestão de capital

A política do grupo para gestão de capital visa garantir a continuidade e o desenvolvimento do negócio. Da mesma forma que a liquidez, a gestão do capital é feita ao nível da Controladora.

16 Provisão para demanda judicial

A Empresa é parte em ação judicial, decorrentes do curso normal dos seus negócios. A Administração, baseada em sua avaliação e dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável: obrigação presente em que é provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação. Para esses processos, uma provisão é reconhecida com base no montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperadas.

Perda possível: obrigação presente em que a possibilidade de saída de recursos é maior que remota e menor que provável. Para esses processos, a Empresa não reconhece uma provisão, porém divulga os de maior relevância.

Nos anos de 2025 e 2024 não há demandas judiciais classificadas como provável ou possível de perda.